

Ministro prevê mais desemprego

O MINISTRO da Fazenda, Pedro Malan, admitiu ontem, ao depor na Câmara dos Deputados, que as medidas do pacote fiscal terão como custos uma redução do nível da atividade econômica nos próximos meses e um aumento do desemprego. Ele argumentou que os custos seriam muito maiores se as medidas do ajuste fiscal não tivessem sido tomadas. O ministro explicou aos deputados que a crise que levou o governo a baixar as medidas resultou da combinação simultânea da queda das bolsas, da queda dos títulos da dívida externa brasileira, da redução da liquidez e da aposta feita pelos especuladores na desvalorização do real. Isso, segundo ele, transportou para toda a sociedade brasileira a crise, que estava limitada às bolsas.

Malan avaliou que não é possível saber ainda qual será o desenrolar da crise internacional deflagrada a partir da Ásia. Segundo ele, "esse é mais um motivo para não corrermos riscos e fazermos com mais determinação o que já estávamos fazendo".

O ministro comparou o impacto da crise internacional a um "soco no peito" e que deu ao Brasil "o sentido de urgência" em relação à necessidade aprovação das reformas estruturais. Fazendo previsões sobre o cenário internacional, o ministro afirmou que a tendência é de um estreitamento de liquidez. Ou seja, haverá menos disponibilidade de capitais. Diante disso, defendeu o ministro, é preciso um esforço do Brasil para aumentar a sua poupança doméstica

como fonte de recursos para financiar o seu desenvolvimento. "Esse é o momento de ousar e propor algo mais ambicioso", disse Malan.

Poupança - Pedro Malan, admitiu que o governo poderá rever à utilização da Taxa Referencial (TR) como indexador das cédulas de poupança e dos contratos de financiamento no mercado imobiliário, para que eles não sejam afetados pela elevação das taxas de juros. Malan, porém, não quis adiantar as possíveis mudanças. "Esse assunto ainda está sendo estudado do ponto de vista técnico", disse ele, durante depoimento de sete horas na Câmara dos Deputados.

Malan disse também que está examinando a possibilidade de não aplicar integralmente a nova taxa de embarque internacional de US\$ 90, que deve entrar em vigor no dia 1º de dezembro, aos passageiros de vôos para países do Mercosul. A reivindicação foi apresentada ao governo por ministros de países vizinhos, que serão os mais afetados pela redução do fluxo de turistas brasileiros com o aumento da taxa, atualmente de US\$ 18.

O ministro da Fazenda reconheceu que a nova taxa terá um peso mais elevado nos vôos de mais curta distância, pois chega a representar parcela significativa do preço da passagem aérea. A substituição da TR por um novo indexador foi sugerida ao ministro pelo deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), para quem seria melhor utilizar um índice de variação de preços nos contratos imobiliários e na poupança.